

P. 3/2015

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
RODOVIÁRIOS – GASÓLEO. -----

----- No dia dezanove de Janeiro de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do
Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara
Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente contrato com os seguintes
outorgantes: -----

-----PRIMEIRO-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e
Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela,
outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680,
por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35º, da Lei número
75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----SEGUNDO-----

----- Gilda Sofia Glórias Caeiro, casada, natural da Freguesia de S. Bartolomeu,
Concelho de Vila Viçosa e residente na Freguesia da Gafanha da Nazaré, Concelho
de Ílhavo, com o cartão de cidadão número 12092716, válido até 09/09/2018,
emitido pela República Portuguesa, com o NIF 227 181 441, com poderes para
outorgar, na qualidade de Procuradora, em representação da Sociedade Anónima
Mondefin Combustíveis, S.A., com o NIPC 504 706 365, com sede na Zona
Industrial de Oliveira de Frades, Freguesia e Concelho de Oliveira de Frades,
conforme verifiquei por Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita
em cinco de Novembro de dois mil e catorze e por Procuração datada de dezassete
de Dezembro de dois mil e catorze, que arquivo respetivamente sob os números um
e dois. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal

que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 09/12/2014, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 05/01/2015, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto a aquisição de combustíveis rodoviários – gasóleo, de acordo com a sua proposta datada de 05/12/2014, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 05/01/2015, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de cinquenta e nove mil quinhentos e vinte euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do presente contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues, bem como do constante nos restantes itens da cláusula 5ª do Caderno de Encargos, que fica arquivado sob o número seis.

----- Este contrato tem um prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, podendo ser prorrogado ou antecipado até se atingir o montante do valor adjudicado. -----

----- Este contrato tem por objeto a aquisição de combustíveis rodoviários – gasóleo, em regime de funcionamento contínuo. -----

----- São obrigações principais do fornecedor as constantes da cláusula 4ª do referido Caderno de Encargos. -----

----- Que o pagamento deve ser efetuado no prazo de sessenta dias. -----

----- Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar por escrito, os respetivos

fundamentos ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

----- Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na Lei, a entidade adjudicante, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de vinte e três por cento, no montante de treze mil seiscentos e oitenta e nove euros e sessenta cêntimos, é de setenta e três mil duzentos e nove euros e sessenta cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em nove de Janeiro de dois mil e quinze pelo Serviço de Finanças de Oliveira de Frades, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida pelo Centro Distrital de Viseu da Segurança Social em quinze de Outubro de dois mil e catorze, comprovativa de

que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 2 do artigo 88º do C.C.P. é dispensada a apresentação de caução. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 02-01-02-02, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 15860/2015, datado de 16/01/2015. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que este fornecimento terá execução no corrente ano e seguinte. -----

----- Assim o disseram. -----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público: _____

